



Processo nº 10783.906173/2015-11

Recurso Voluntário

Resolução nº 3003-000.041 – 3^a Seção de Julgamento / 3^a Turma Extraordinária

Sessão de 15 de agosto de 2019

Assunto PER/DCOMP

Recorrente GRANITO ZUCCHI LTDA

Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência à Unidade de Origem, para que esta adote as providências delineadas no voto do relator.

(documento assinado digitalmente)
Marcos Antônio Borges – Presidente

(documento assinado digitalmente)
Müller Nonato Cavalcanti Silva – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marcos Antônio Borges (presidente da turma), Vinícius Guimarães, Márcio Robson Costa e Müller Nonato Cavalcanti Silva.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra acórdão de manifestação de inconformidade prolatado pela 4^a Turma da Delegacia de Julgamento de Fortaleza.

A matéria de fundo diz respeito a pedido de compensação de suposto crédito de PIS, período de apuração dezembro/2014. Por bem relatar a narrativa dos fatos, adoto o relatório elaborado pela instância *a quo*:

Trata-se de manifestação de inconformidade, fl. 10/13, apresentada em decorrência da não homologação de declaração de compensação (DCOMP nº 07254.93409.290715.1.3.04-7004), conforme despacho decisório emitido eletronicamente (fl. 8).

Consta no referido despacho decisório o seguinte motivo para indeferimento do pedido:

A análise do direito creditório está limitada ao valor do "crédito original na data de transmissão" informado no PER/DCOMP, correspondendo a 44.396,43.

A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente

utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

O contribuinte foi cientificado do referido despacho em 15/01/2016 (fl. 9), tendo apresentado a contestação em 15/02/2016.

Contrapondo-se ao despacho decisório, a recorrente alega que a pendência apontada pelo despacho decisório originou-se em virtude de erro material quando do preenchimento e transmissão da DCTF referente ao PIS da competência dez/2014. Menciona que o erro deveu-se à declaração de valores superiores aos efetivamente devidos, tendo para tanto procedido à retificação da DCTF em 10/02/2016.

Sustenta que a própria Receita Federal do Brasil, em sua legislação, admite a possibilidade de inexatidão material, como demonstraria o artigo 9º, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1599, de 14/12/2015, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), o qual estabelece que "*a DCTF retificadora terá a mesma natureza da declaração originariamente apresentada e servirá para declarar novos débitos, aumentar ou reduzir os valores de débitos já informados ou efetivar qualquer alteração nos créditos vinculados.*" Isso, aliado aos princípios da razoabilidade, da verdade material e da boa fé, demonstrariam, sem dúvida, que o referido erro/inexatidão material no preenchimento da DCTF não poderia autorizar a cobrança de um crédito tributário inexistente.

Cita, ainda, jurisprudência do CARF, que trata de caso de erro formal no preenchimento de PER/DCOMP, cuja ementa diz que a verdade material deve prevalecer sobre a forma, no caso de mero erro de fato no preenchimento da declaração.

O acórdão recorrido julgou improcedente a manifestação de inconformidade, que ensejou a interposição do presente Apelo reiterando, em suma, as matérias apostas na manifestação de inconformidade. Traz em sede recursal documentos de fls. 117 a 185, com folhas do livro Razão e demais detalhes da escrita contábil para, ao fim, pedir pelo provimento do Recurso no objetivo de ter o suposto crédito reconhecido.

São os fatos.

Voto

Conselheiro Müller Nonato Cavalcanti Silva, Relator.

O presente Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos formais de admissibilidade. Portanto, dele tomo conhecimento.

1 Da Prova em Recurso Voluntário

É certo que este Colegiado assentou o entendimento, à esteira da jurisprudência deste Conselho, que na excepcionalidade de processo originário de PER/DCOMP cujo despacho decisório tenha sido proferido eletronicamente, far-se-á um cotejo analítico da matéria alegada em manifestação de inconformidade e, em grau de exceção, aceitar a produção de provas na fase recursal, desde que mantenham correlação lógica com o mérito em julgamento.

A Recorrente apresentou em fase recursal documentos de fls. 117/186, dentre os quais destaco folhas do Livro Razão e EFD. Pelo império da Verdade Material, urge o recebimento das provas no sentido da jurisprudência desta Corte, em decisão proferida pela 1^a Turma da CSRF, esboçado nos autos do PAF 10835.901327/200988, em voto da relatoria do eminent Conselheiro André Mendes de Moura:

entendo que a interpretação mais adequada não impede a apresentação das provas em sede de recurso voluntário, **desde que sejam documentos probatórios que estejam no contexto da discussão da matéria em litígio**, ou seja, podem ser apresentadas desde que não disponham sobre nenhuma inovação. - Grifos no original.

Com relação aos documentos acostados aos autos, por fazer referência ao período de apuração que a Recorrente alega existir direito credor, entendo que pelo respeito às instâncias e no objetivo de não suprimi-las, o melhor caminho a ser adotado perfilha pela aplicação do art. 16, §4º, Decreto 70.235/1972 com a determinação de que sejam os autos convertidos em diligência para que a instância de piso possa avaliá-los e proferir acórdão com os elementos probatórios que ora encontram-se nos autos.

Nestes termos, voto pela conversão do julgamento em diligência para que os autos retornem à unidade de origem no sentido de que sejam tomadas as seguintes providências:

- a) Que sejam apreciados os documentos de fls. 117/186 para**
- b) Verificação nos lançamentos do Livro Razão e EFD transmitida via sistema SPED o provisionamento da contribuição ao PIS no período de apuração 12/2014;**
- c) Que seja contrastado o valor recolhido em relação ao crédito pleiteado para verificação do valor devido de PIS no PA 12/2014;**
- d) Que seja apurada a consistência dos registros contábeis juntados aos autos face à documentação que lhes dêem lastro, sem prejuízo de intimação do contribuinte para que traga elementos probatórios para a verificação.**
- e) Elaboração de relatório da análise dos documentos juntados em Recurso Voluntário que descreva se há direito creditório;**
- f) Que seja dada ciência ao contribuinte, pelo prazo de 30 dias, sobre o resultado da diligência;**
- g) O retorno dos autos a este Conselho para julgamento do Recurso Voluntário.**

(documento assinado digitalmente)

Müller Nonato Cavalcanti Silva